

Carlos Alberto Faraco

NA PONTA DA LÍNGUA

1. *Estrangeirismos — guerras em torno da língua*
Carlos Alberto Faraco [org.], 3ª ed.
2. *Língua materna — letramento, variação e ensino*
Marcos Bagno, Michael Stubbs & Gilles Gagné, 3ª ed.
3. *História concisa da lingüística*
Barbara Weedwood, 4ª ed.
4. *Sociolingüística — uma introdução crítica*
Louis-Jean Calvet, 2ª ed.
5. *História concisa da escrita*
Charles Higounet, 2ª ed.
6. *Para entender a lingüística — epistemologia
elementar de uma disciplina*
Robert Martin, 3ª ed.
7. *Introdução aos estudos culturais*
Armand Mattelart, Érik Neveu, 2ª ed.
8. *A pragmática*
Françoise Armengaud
9. *História concisa da semiótica*
Anne Hénault
10. *A semântica*
Irène Tamba-Mecz
11. *Lingüística computacional — teoria & prática*
Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de Moura Menuzzi
12. *Lingüística histórica — Uma introdução ao estudo da
história das línguas*
Carlos Alberto Faraco, 2ª ed.
13. *Lutar com palavras — coesão e coerência*
Irandé Antunes, 2ª ed.
14. *Análise do discurso — História e práticas*
Francine Mazière
15. *Mas o que é mesmo "gramática"?*
Carlos Franchi
17. *Sua majestade o intérprete: o fascinante mundo da inter-
pretação simultânea*
Ewandro Magalhães Jr.

lingüística HISTÓRICA

uma introdução ao estudo da história das línguas



edição revista e ampliada

SBD-FFLCH-USP



311027

Π
Parábola

3. CARACTERÍSTICAS DA MUDANÇA

Dissemos anteriormente que a realidade empírica central da lingüística histórica é o fato de que as línguas mudam com o passar do tempo. Vamos agora discutir algumas características dessa mudança, esclarecendo certos conceitos que são hoje mais ou menos consensuais entre os lingüistas e que, muitas vezes, colidem com tradicionais julgamentos do chamado senso comum, isto é, com as representações que se tem da realidade lingüística em contextos não-científicos. Ao mesmo tempo, vamos procurar apresentar certos conflitos no interior da lingüística decorrentes de diferentes formas teóricas de conceber a realidade da mudança.

A mudança é contínua

A primeira característica é que a mudança se dá em todas as línguas. É próprio de todas elas — como, aliás, de qualquer outra realidade humana e até mesmo da natureza em geral, como nos mostram geólogos e biólogos — passar por transformações no correr do tempo, mutabilidade que se dá de forma contínua, ininterrupta.

Assim, cada estado de língua, definível no presente ou em qualquer ponto do passado, é sempre resultado de um longo e contínuo processo histórico; do mesmo modo que, em cada momento do tempo, as mudanças estão ocorrendo, ainda que imperceptíveis aos falantes. Dessa maneira, se o português do século XIII era diferente do português de hoje, o português do futuro será diferente do de hoje: entre eles há um ininterrupto processo de mudança.

É óbvio que, se uma língua deixar de ser falada, ela não conhecerá mais, por isso mesmo, mudanças. O desaparecimento de uma língua é resultado do desaparecimento da própria sociedade que a fala, ou porque integralmente aniquilada, como no caso de muitas sociedades indígenas no Brasil desde 1500; ou porque progressiva e completamente assimilada por outra, como no caso da assimilação da sociedade etrusca pela romana no século III a.C.

Nesses casos, o desaparecimento total da língua interrompe o fluxo histórico. Diferente é, porém, a situação de línguas como o latim. Nenhuma sociedade fala hoje o latim propriamente dito. Contudo, de certa maneira, ele continua sendo falado, embora de forma bastante alterada, pelas sociedades que falam as chamadas línguas românicas como o português, o espanhol, o francês, o italiano, o romeno, o sardo, o catalão.

Nesse caso, embora se possa dizer que o latim está há muito extinto, o fluxo histórico nunca se interrompeu: houve um longo, complexo e, principalmente, ininterrupto processo histórico de transformações do latim que resultou nas diferentes línguas românicas.

Da mesma forma, o latim era um estágio de uma história ininterrupta que recua às remotas e perdidas origens pré-históricas dos povos indo-europeus. O que era nesse longínquo ponto do tempo apenas um conjunto de variedades dialetais é hoje um emaranhado universo de línguas raramente compreensíveis entre si, resultado de milênios e milênios de ininterruptas mudanças e de contínua diferenciação.

A mudança é lenta e gradual

O que deve ficar claro, nessa altura, é que se, de um lado, a mudança lingüística é contínua como estamos discutindo, ela é, por outro lado, lenta e gradual, isto é, a mudança nunca se dá abruptamente, do dia para a noite. Ao mesmo tempo, a mudança de uma língua para outra, ou de um estágio de língua para outro, nunca ocorre de forma global e integral: as mudanças vão ocorrendo gradativamente, isto é, vão atingindo partes da língua e não seu conjunto; e mais: a gradualidade do processo histórico se evidencia ainda pelo fato de que a substituição de uma forma x por outra (y) passa sempre por fases intermediárias. Há o momento (quase sempre longo) em que x e y coexistem como variantes; depois há o momento (também normalmente longo) da luta entre x e y seguida do desaparecimento de x e da implementação hegemônica de y.

Daí se dizer, em lingüística histórica, que a mudança não é discreta, ou seja, x não é trocado diretamente e de imediato por y; ao contrário, há sempre, no processo histórico, períodos de coexistência e concorrência das formas em variação até a vitória de uma sobre a outra.

Por isso, nunca é possível dizer que num determinado momento o latim, por exemplo, deixou repentinamente de ser falado e foi integralmente substituído pelo português: as mudanças foram lenta, gradual e continuamente ocorrendo e resultaram, ao cabo de vários séculos, numa forma de falar que, identificada com o Estado que se formou no ocidente da Península Ibérica, terminou por receber o nome de português.

Ou, dito de outra maneira e usando as palavras de Câmara Jr.,

“é inconcebível, por exemplo, que de súbito, no território lusitânico da Península Ibérica, uma forma latina como *lupum* pudesse ter passado imediatamente para *lobo*, sem a longa cadeia evolutiva que na realidade se verificou” (1972a, pp. 35-36).

Um possível exemplo de longa cadeia evolutiva é dado pela história da palavra *medicina* do latim clássico que resultou na palavra *mezinha* (“remédio”) do português moderno (cf. José Leite de Vasconcelos, *apud* Guérios 1937, p. 138):

latim clássico *medīcīna* > latim corrente **medicina* > port. pré-histórico **medezina* > **meezina* > port. proto-histórico *meezīa* > port. arcaico *meezinha* > port. moderno *mezinha*¹.

Estão aí representados vários dos processos gerais de alterações fonético-fonológicas da longa história latim > português:

¹ O asterisco (*) precedendo a palavra, em lingüística histórica, indica que se trata de uma forma hipotética, obtida por reconstrução, e não de uma forma atestada em documento.

- a) /ĩ/ (i breve) passa a /e/;
- b) /ī/ (i longo) permaneceu como vogal alta;
- c) /d/ intervocálico, como outras consoantes sonoras no mesmo contexto, desapareceu;
- d) /k/ (grafado *c*) intervocálico seguido de /i/ tornou-se consoante fricativa e se sonorizou, confluindo para /z/;
- e) /n/ intervocálico nasaliza a vogal anterior e desaparece;
- f) no contexto /ĩ/ forte + vogal, desenvolve-se a consoante nasal palatal /ɲ/ (grafada *nh*);
- g) duas vogais idênticas, justapostas pela queda de consoante intervocálica, passam por crase.

Costuma-se justificar a lentidão e a gradualidade da mudança lingüística com fundamento na necessidade dos falantes de terem a intercomunicação permanentemente garantida. Nessa linha de raciocínio, mudanças abruptas e repentinas são impossíveis, pois, se ocorressem, destruiriam as próprias bases da interação socioverbal.

Não há, nesse sentido, na história das línguas, momentos de transformações radicais, num ponto bem localizado do tempo, de uma estrutura lingüística. O que há é um processo contínuo e ininterrupto, mas lento e gradual, de mudança.

O que pode haver são períodos em que as mudanças parecem se intensificar. Exemplo disso são as muitas mudanças por que passou o inglês durante o século e meio posterior à conquista da Inglaterra pelos normandos em 1066, época em que a língua da administração e da classe dominante foi o francês. Mesmo aí, porém, o processo de mudanças, embora relativamente mais rápido, foi apenas gradual (atingiu partes

da língua) e suficientemente lento, a ponto de nunca inviabilizar a interação socioverbal.

• A periodização da história das línguas

Apesar disso, costuma-se dividir a história das línguas em períodos. Fala-se, por exemplo, nas gramáticas históricas do português, em período arcaico e período moderno. Estudiosos dividem a história do inglês em três grandes períodos: o do inglês antigo, o do inglês médio e o do inglês moderno.

Deve-se ter claro que estas divisões são, por tudo o que expusemos acima, cortes arbitrários. Do mesmo modo que nunca há um momento definido em que uma língua (metaforicamente chamada de mãe) deixa de ser falada e é substituída por outra (metaforicamente chamada de filha), também não há possibilidade de se dizer que o português arcaico é substituído globalmente pelo português moderno num determinado ponto do tempo.

Novamente, o que há é um longo e ininterrupto processo em que aquele conjunto de variedades que é culturalmente identificado como português vai passando por contínuas mudanças, de tal modo que, comparando-se os registros do português do século XIII com aqueles do português do século XVII, por exemplo, notam-se diferenças que justificam, para efeitos de análise, uma divisão da história em períodos.

✦ Nessa divisão, costuma-se utilizar os séculos ou os grandes períodos históricos como referência. Fala-se no português do século XIII, do século XVII, do século XX; fala-se também no português medieval e no português moderno; e assim por diante.

Qualquer que seja o critério de divisão, é importante dizer que periodizar a história das línguas é apenas uma atividade auxiliar da análise: ela permite que se localizem os fatos sob estudo numa dimensão temporal, o que facilita não só a recuperação da idade dos acontecimentos e suas relações com a conjuntura maior (social, histórica e cultural) em que se deram, mas principalmente a fundamentação do trabalho comparativo, base dos estudos de lingüística histórica.

A mudança é (relativamente) regular

Outro aspecto que caracteriza a mudança lingüística é a sua regularidade. Isso quer dizer que, dadas as mesmas condições (isto é, no mesmo contexto lingüístico, no mesmo período de tempo e na mesma língua ou variedade de uma língua), um elemento — quando em processo de mudança — é, progressiva e normalmente, alcançado em todas as suas ocorrências.

Em outras palavras, observa-se que as mudanças lingüísticas não são fortuitas, nem se dão a esmo, sem rumo. Desencadeada a mudança, há regularidade e generalidade no processo, atingindo de forma bastante sistemática o mesmo elemento, dadas as mesmas condições, em todas as suas ocorrências.

Assim, por exemplo, os encontros consonantais /kl-/ e /pl-/ do latim se transmutaram regularmente, quando no início de palavra, na consoante /ʎ-/ em espanhol (grafada *ll*) e na consoante /ʃ-/ em português (grafada *ch*), como se pode observar pela seguinte listagem de correspondências:

latim	espanhol	português
<i>clamare</i>	<i>llamar</i>	<i>chamar</i>
<i>clave</i>	<i>llave</i>	<i>chave</i>
<i>plenu</i>	<i>lleno</i>	<i>cheio</i>
<i>plicare</i>	<i>llegar</i>	<i>chegar</i>

A regularidade observada na mudança lingüística nos permite estabelecer correspondências sistemáticas entre duas ou mais línguas ou entre dois ou mais estágios da mesma língua, tornando assim possível a reconstituição da história.

Foram justamente essas correspondências sistemáticas que forneceram a base inicial para a constituição da reflexão histórica em lingüística. Foi a partir da percepção da sistematicidade de correspondências entre línguas diferentes que se chegou, no início do século XIX, ao chamado método comparativo (cf. Capítulo 4), com o qual foi possível revelar cientificamente o efetivo parentesco entre línguas, reuni-las em grupos (metaforicamente chamados de famílias) e reconstituir aspectos de seus estágios anteriores comuns.

Foi nesse mesmo processo — à medida que também se percebeu ser a sistematicidade dessas correspondências resultado de sucessivas mudanças no eixo do tempo — que se constituíram os estudos propriamente históricos (cf. Capítulo 5 para detalhes).

Deve ficar claro, neste ponto, que, embora a regularidade seja uma característica da mudança lingüística, ela nunca deve ser entendida como absoluta.

Leis fonéticas e analogia

No final do século XIX, os lingüistas conhecidos como neogramáticos (cf. Capítulo 5) formularam uma

teoria, na qual se assumiu que as mudanças fonéticas tinham um caráter de absoluta regularidade e, portanto, deveriam ser entendidas como leis que não admitiam exceções (as chamadas *leis fonéticas*). As aparentes exceções eram atribuídas à intervenção de um processo gramatical denominado *analogia*, pelo qual elementos da língua tenderiam a ser regularizados por força de paradigmas estruturais hegemônicos.

Assim, quando uma mudança sonora — que os neogramáticos assumiam como ocorrendo sempre automaticamente, isto é, levando em conta apenas o contexto fonético — afetasse um elemento qualquer e o resultado fosse a quebra de padrões gramaticais, haveria uma tendência para “retificar” isso por meio da analogia. Estaria ocorrendo, nesse caso, o que os neogramáticos tratavam como uma interferência do plano gramatical sobre o plano fônico, afetando o caráter absoluto da mudança sonora.

A aplicação fortuita da analogia daria a impressão, ao fim do processo, de que a lei fonética não havia se aplicado, quando — na verdade — sua aplicação havia ocorrido, tendo, porém, o resultado sido “retificado” por interferência de paradigmas gramaticais hegemônicos.

Haveria, assim, uma espécie de paradoxo: a mudança fônica, que é regular, pode gerar irregularidades gramaticais; e a analogia, que é irregular (isto é, não se aplica em todos os casos em que poderia), gera regularidade.

Um exemplo comum, nos manuais de inspiração neogramática, dessa interpretação de mudança sonora e analogia é a criação, na história do latim, do genitivo *dei* para o nominativo *deus*.

Havia, num estágio pré-latim, o paradigma **dei-wos* (nominativo singular) — **dei-wī* (genitivo singu-

lar), com uma raiz constante **dei-w-* e os afixos de caso -*os* e -*ī*. Sistemáticas mudanças fônicas, na passagem para o latim, acabaram produzindo, nesse caso específico, um paradigma irregular *deus/divi*. Assim (cf. Antilla, 1972, p. 94):

- a) o ditongo **ei* se transmudou na vogal longa fechada **ē*
(daí **dei-wos* > **dē-wos*; **dei-wī* > **dē-wī*);
- b) a unidade **w* diante de **o* caiu (daí o nominativo **dē-os*);
- c) uma vogal longa, diante de outra vogal, se torna breve (daí **deos*);
- d) a vogal *o* passa para *u* em sílaba final (daí o nominativo latino *deus*);
- e) a vogal **ē* passa para *ī* (daí **dē-wī* > *divī*).

Esse paradigma irregular *deus/divi* não sobreviveu como tal no latim, sendo substituído pelos paradigmas regulares *deus/dei* e *divus/divi*.

Na linha de interpretação dos neogramáticos, a não-ocorrência do esperado paradigma *deus/divi* (isto é, a quebra da regularidade das mudanças sonoras) vai ser justificada pela interveniência de processos analógicos: a pressão dos paradigmas hegemônicos (palavras terminadas em -*us* substituem essa terminação do nominativo diretamente por -*i* no genitivo, como *servus/servi*, *hortus/horti*, *taurus/tauri*) “retifica” uma irregularidade gramatical criada pela regularidade das mudanças sonoras.

Logo, porém, ficou claro que um princípio de regularidade absoluta (quebrado apenas por intervenção da analogia) dificilmente permitiria dar conta de forma adequada da história das línguas, que é bem mais complexa do que supunham, de início, os neogramáticos.

Os fatos evidenciaram (principalmente a partir do desenvolvimento dos estudos dialetológicos, como veremos no Capítulo 5) que, embora característica da mudança lingüística, a regularidade é, em geral, relativizada pelo modo não-uniforme como se dá a difusão de uma mudança, tanto no interior da língua (a mudança nunca alcança instantaneamente todas as palavras que contêm o elemento sob mutação), quanto entre os diversos grupos de falantes (a mudança também nunca alcança instantaneamente todo o espaço geográfico e/ou social em que a língua é falada, isto é, todas as variedades).

Atrás dessa não-uniformidade, há múltiplos fatores decorrentes das vicissitudes sociais e históricas das comunidades lingüísticas, tais como: a reação negativa dos falantes à mudança, com a conseqüente estigmatização da forma “nova”; a penetração de diferentes linhas evolutivas; empréstimos lexicais de outras línguas ou variedades; a diferente cronologia de incorporação de palavras à língua; movimentos populacionais com eventual alteração na composição étnica e lingüística dada população. São fatores que podem retardar, impedir e até fazer reverter a mudança.

Isso tudo (que envolve a vida e a história dos falantes) — e não apenas pressões analógicas (pressões estruturais) — pode quebrar a regularidade da mudança.

Nessa nova perspectiva, as chamadas “leis fonéticas” tiveram de ser reinterpretadas. Passaram a ser tomadas não como expressão de processos cegos e absolutos, mas apenas como fórmulas que expressam correspondências fônicas entre dois ou mais momentos da história de uma língua e, desse modo, auxilia-

res descritivos interessantes na investigação dos complexos processos históricos.

Assim, por exemplo, estabelecemos — ao comparar dois estágios bastante distintos da história latim > português — uma correspondência entre duas realidades temporais diferentes, dizendo que /kl-/ e /pl-/ do latim passaram a /š-/ . Não podemos, contudo, ficar com a falsa impressão de que o processo se resumiu a uma troca direta de um elemento pelo outro: nessa formulação (nessa “lei fonética”) estamos fazendo abstração dos estágios intermediários que um lingüista terá de reconstituir. No caso específico de /kl-/ > /š-/ , por exemplo, parece ter havido, segundo a interpretação de Guérios (1937, p. 71), pelo menos as fases /kl- > ky- > ktš- > tš- > š-/ . Um estudo detalhado desse fenômeno particular pode ser lido em Câmara Jr., 1972a, Cap. XVI.

Por outro lado, não se pode perder de vista que os processos de mudança são extremamente complexos e que, portanto, as regularidades observadas terão sempre um caráter relativo. Assim, o lingüista, normalmente, não pode se ocupar apenas com as regularidades observadas: haverá fatos que — embora aparentemente da mesma natureza — não estarão em conformidade com uma tendência de resto bastante regular. O lingüista necessita, então, pesquisar os múltiplos fatores que interferiram no processo histórico e geraram tais fatos.

Podemos exemplificar isso com o mesmo caso que discutimos anteriormente. Dissemos que /kl-/ e /pl-/ do latim se transmutaram em /š-/ em português. Contudo, o português tem palavras de origem latina como *plaga*, *pleno*, *clave* e *clamar*, bem como *praia*

(do latim *plaga*) e *cravo* (do latim *clauum*), em que não se observa aquela correspondência: ou o encontro se manteve ou foi substituído por /kr-/ ou /pr-/.

Uma investigação detalhada vai revelar que o encontro consonantal se manteve inalterado em palavras introduzidas no léxico tardiamente (isto é, em época em que a mudança para /š-/ já estava encerrada) por incorporação direta do latim literário (os chamados *termos eruditos*); e ocorre como /pr-/ ou /kr-/ em termos provavelmente adotados de variedades dialetais em que a mudança se deu de forma diferente (cf. Câmara Jr., 1972a, p. 240).

Vale a pena aqui reproduzir as palavras de Eugenio Coseriu (1921- 2002), lingüista romeno e importante diacronista, a esse respeito:

Por isso, dizer que uma mudança fônica “admite exceções” (...) justifica-se do ponto de vista dos resultados históricos. Só que, como se sabe, em muitos casos se trata de falsas exceções, pois as palavras que não obedecem a esta ou àquela “lei fonética” procedem de palavras nas quais as mudanças correspondentes não ocorriam. Em outros termos, essas “exceções” aparecem como exceções apenas se se pretende considerar a língua como uma única tradição homogênea, mas se tornam formas “regulares” se se leva em consideração que uma língua histórica é resultado de interação entre várias tradições lingüísticas (1979, p. 89).

Posto isso, podemos concluir com as palavras de Serafim da Silva Neto (1917-1960), lingüista brasileiro que publicou, na década de 1950, uma alentada história da língua portuguesa. Dizia ele:

Como se vê, a evolução é singularmente complexa. A história de uma língua não é um esquema rigorosamente

preestabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por vários séculos de palpitante vida.

A evolução, repetimos, é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada e entrecruzada — porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento (1979, p. 52).

Estas palavras, resultantes de um extenso trabalho empírico como o de Silva Neto, sintetizam bem a realidade das mudanças lingüísticas: elas não estão condicionadas apenas por fatores lingüísticos (internos ao sistema da língua), como assumem várias correntes de pensamento em lingüística, que preferem reduzir as questões da mudança a um “esquema rigorosamente preestabelecido”, a “um problema algébrico”; elas estão também e principalmente correlacionadas com fatores da história da sociedade que fala a língua, como por exemplo: o intercâmbio entre falantes de variedades diferentes; o prestígio e o poder de certos grupos de falantes; as escolhas sociais preferenciais entre as muitas variedades duma língua; a lealdade a formas tradicionais duma comunidade.

Assim, não é adequado no trato das mudanças das línguas falar em lei em sentido absoluto, porque a história das línguas não está submetida apenas a princípios gerais, constantes e necessários, mas — sendo produto da atividade humana — está antes submetida às contingências e vicissitudes da própria vida concreta dos falantes, da história peculiar de cada grupo e de cada sociedade humana.

Encaixamento estrutural e social

Disso tudo, tiramos duas lições importantes para quem se inicia em lingüística histórica. A primeira é que não devemos estudar os fenômenos isoladamente: é preciso sempre abordá-los no conjunto de outros fatos da história da língua, e até mesmo da história da subfamília ou da família a que ela pertence.

Com essa perspectiva, evitamos uma abordagem fragmentada dos fatos e, ao mesmo tempo, podemos melhor esclarecer sua efetiva história, principalmente quando estamos diante de fenômenos que escapam a um quadro de evidenciada regularidade estrutural.

Esse tratamento sistêmico dos fenômenos de mudança é chamado, pela teoria variacionista, de encaixamento estrutural. Trata-se de, ao descrever uma mudança qualquer, apresentar suas relações com outros elementos da estrutura da língua ou outros elementos também em mudança.

O encaixamento estrutural envolve tanto a descrição do(s) contexto(s) lingüístico(s) que favorecem a mudança (por exemplo, o elemento ocorrer entre vogais; ou no fim da palavra; ou seguido de consoante sonora etc.), quanto possíveis reações em cadeia, isto é, uma mudança puxando outra(s), como Labov (1966) mostrou com vogais do inglês de Nova York.

Nesse trabalho, foi possível surpreender, em certas variedades do inglês de Nova York, uma complexa cadeia de mudanças inter-relacionadas que resumimos aqui de forma bastante simplificada, apenas para efeito de exemplificação: o fechamento da vogal de palavras como *bad*, *bare*, *dance* acarretou o fechamento da vogal de palavras como *more*, *lost*, *caught* que,

por sua vez, levou a uma posteriorização do /a/ de *father*, *car*, *guard* e um fechamento paralelo de /ɔy/ em *boy*, *toy*, *joy*. A pronúncia posterior de /a/ e o fechamento de /ɔy/ induziu o fechamento de /ay/, como em *my*, *buy*, *tie*, que foi acompanhado de anteriorização de /aw/, como em *now*, *mouth*, *out*.

Uma segunda lição é que, para uma análise ainda mais abrangente dos fenômenos de mudança, importa apresentar não só o encaixamento estrutural, mas também o encaixamento social, isto é, as relações entre o fenômeno de mudança e a estrutura sociolingüística da comunidade dos falantes.

No caso a que nos referimos acima (vogais do inglês de Nova York), Labov mostrou que cada um dos fenômenos discutidos, além das apontadas relações internas, estava em clara relação com a idade, a classe socioeconômica, o sexo, a origem étnica do falante e o estilo de fala.

• História interna e história externa

Nos manuais mais antigos de lingüística histórica, costuma-se operar com uma separação entre história interna e história externa da língua que pode, de certo modo, ser aproximada da distinção entre encaixamento estrutural e social que apresentamos acima, embora o quadro teórico de referência por trás de cada uma seja diferente.

Entende-se por história interna o conjunto de mudanças ocorridas na organização estrutural da língua no eixo do tempo; e, por externa, a história da língua no contexto da história social, política, econô-

mica e cultural da(s) sociedade(s) com a(s) qual(is) ela está relacionada.

Assim, mostrar, por exemplo, que consoantes surdas latinas /p, t, k, f/, quando intervocálicas (isto é, num determinado contexto estrutural), transmudaram-se em sonoras /b, d, g, v/ (respectivamente) no português é estar fazendo história interna: estamos abordando um aspecto das mudanças por que vão passando elementos da estrutura da língua em si mesma considerada.

Por outro lado, estudar, por exemplo, como se deu a ocupação romana da Península Ibérica e a conseqüente formação das várias línguas românicas aí faladas é estar fazendo história externa.

Damos aqui um exemplo que poderíamos chamar de macro-história, isto é, o evento da ocupação romana como um evento de grande conjuntura e suas conseqüências lingüísticas. Quando se fala em história externa, tem-se de pensar também na estrutura sociolingüística e, até mesmo, numa espécie de micro-história, ou seja, numa história que busca recuperar o cotidiano das populações (seu trabalho, alimentação, moradia, vestuário, lazer) e sua contraparte lingüística, o que acaba por revelar complexas redes de relações culturais entre grupos, regiões e povos diferentes que podem ter efeitos sobre a mudança lingüística.

Só história interna?

Alguém poderia pensar que à lingüística interessa somente a história interna das línguas; e que conhecer a história externa é apenas um exercício de

erudição. Muitos lingüistas — ou por considerarem que a lingüística deve se ocupar exclusivamente com o que é imanente à língua (como os estruturalistas); ou por não considerarem a realidade lingüística como primordialmente social e histórica (como os gerativistas) — têm, de certa forma, subscrito, no passado e no presente, tal formulação de princípio.

Contudo, estudos empíricos, no presente e no passado, vêm sugerindo que fatores sociais têm influência direta ou indireta nos processos de mudança das línguas. Desse modo, não parece adequado tratar a língua como uma realidade autônoma, imune à história de seus falantes. Por isso, buscar uma metodologia que integre história interna e história externa (encaixamento estrutural e encaixamento social) é diretriz básica para muitos lingüistas históricos.

Nem todos, como dissemos acima, concordam (ou concordaram no passado) com essa integração. Para compreender essa espécie de polêmica, é necessário lembrar que fez parte da construção da lingüística como disciplina científica autônoma a defesa de procedimentos metodológicos que buscaram lançar mão, na análise, de fatores exclusivamente lingüísticos (imanentes). Embora forte entre os lingüistas, essa atitude — que ficou consagrada na última frase do *Curso de lingüística geral* de Ferdinand de Saussure (1857-1913), lingüista suíço considerado o fundador da lingüística estrutural: “A lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (p. 271) — tem conhecido contestações ao longo dos quase cem anos que nos separam da publicação daquele livro (1916).

Saussure, apesar de reconhecer que as duas histórias estão associadas, defendeu uma separação estrita entre o que chamou de lingüística interna e o que chamou de lingüística externa; dizendo que é perfeitamente possível estudar a história da língua sem conhecer as circunstâncias em meio às quais ela se desenvolveu (pp. 29-32).

Trata-se de uma distinção que pode até ser produtiva na organização dos dados de observação, principalmente quando nos faltam informações sobre a história social e cultural dos falantes.

Essa produtividade, contudo, facilmente cria, como bem observa o lingüista britânico Roger Lass (1978, p. 121), uma espécie de sedução hipnótica nos lingüistas: como é possível representar formalmente aspectos estruturais da história das línguas, deduzem eles daí que a língua é uma realidade totalmente autônoma. É essa dedução que fundamenta a orientação teórica de manter estritamente separadas a história interna e a externa. E isso traz um certo desconforto para os lingüistas que têm uma concepção diferente da língua.

Esse desconforto não é, porém, apenas de natureza filosófica: ele resulta também de estudos empíricos, isto é, de se tomar em conta estudos dialetológicos e sociolingüísticos; de se considerar que fatores sociais desencadeiam longos processos de mudanças internas (como exemplifica a história dos pronomes de tratamento do interlocutor em português — cf. Faraco, 1982); ou que interferem nos caminhos da mudança, como vimos com o exemplo dos encontros consonantais latinos /kl-/ e /pl-/ acima.

Dessas considerações e de outras semelhantes, decorre a aceitação por muitos lingüistas da idéia de que

é necessário correlacionar a história interna e a externa, buscando uma apreensão mais global e adequada empiricamente dos complexos processos de mudança.

Podemos observar duas formas básicas de ver essa correlação. Uma, que poderíamos chamar de aditiva, defende o princípio de que primeiro se deve esgotar todas as considerações de ordem interna, para só então dar atenção aos fatores externos. Tem-se aí uma perspectiva em que o externo é apenas complementar ao interno. É a posição sustentada, por exemplo, pelo lingüista francês André Martinet (1908-1999):

Sem nunca desprezar dados históricos de qualquer natureza, o diacronista só os fará intervir em último lugar, uma vez esgotados todos os recursos explicativos que o exame da evolução própria da estrutura e o estudo dos efeitos de interferência lhe proporcionam (1971, p. 212).

Martinet diz, em seu livro *Économie des changements phonétiques*, escrito em 1955 (p. 191), que o lingüista poderia legitimamente se dar por satisfeito com interpretações funcionais e estruturais para as mudanças, já que todas elas — segundo ele — estão sempre de acordo com o que chama de economia da língua (ver Capítulo 5). Só admite fazer intervir na interpretação da mudança fatores externos ao sistema sob duas condições: que estejam esgotadas as possibilidades de condicionamentos estritamente internos e que os fatores externos sejam apenas de natureza lingüística, isto é, fatores advindos do contato entre línguas, variedades dialetais e usos diferentes.

Há um pressuposto de que a língua goza de uma quase absoluta autonomia em relação ao contexto concreto da interação social e que, em consequência, sua histó-

ria é um processo, em princípio, condicionado internamente, isto é, pelas configurações do próprio sistema.

Numa tal perspectiva, a história social e cultural dos falantes é mera informação suplementar.

Outra forma, que poderíamos chamar de *integrativa*, é defendida por Weinreich, Labov e Herzog (1968) e depois novamente por Labov (1982). Partindo do princípio de que a mudança no tempo tem relações com a variação sincrônica e que essa variação está correlacionada com aspectos da estrutura social, esses autores estabelecem como um ponto essencial da investigação histórica localizar o fenômeno sob mudança tanto no contexto estrutural (interno) quanto no contexto social (externo), porque — como dizem eles (p. 162) — os estudos empíricos revelam a língua como um sistema que muda em associação com mudanças na estrutura social.

Reconhecem (principalmente Labov, 1982, p. 28) uma relativa independência desses dois aspectos, mas consideram essencial correlacioná-los, especialmente quando se trata de responder à pergunta: “Quais as forças que conduzem o continuado movimento da mudança lingüística?” Diz Labov a esse respeito (tradução nossa): “Todas as indicações apontam para fatores externos à estrutura firmemente entrelaçada das relações internas, pelo encaixamento da língua na matriz mais ampla das relações sociais” (1982, p. 76).

Essa perspectiva é, de certa forma, bastante semelhante àquela que Antoine Meillet (1866-1936), lingüista francês e importante diacronista, defendia — embora apenas programaticamente — num estudo de 1906 (tradução nossa):

A língua é uma instituição com uma autonomia que lhe é própria; deve-se, portanto, determinar as condições gerais da mudança de um ponto de vista puramente lingüístico (...). Contudo, como a língua é uma instituição social, segue daí que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar para dar conta de uma mudança lingüística é a mudança social, da qual as variações lingüísticas não passam de conseqüências — algumas vezes imediatas e diretas, mais freqüentemente mediatas e indiretas (1926, p. 17).

Reconhecendo a realidade a um tempo estrutural e social das línguas, Meillet introduzia não só uma dimensão sociológica no estudo da história das línguas, como também a necessidade de buscar uma investigação histórica capaz de correlacionar de forma adequada o especificamente lingüístico e o especificamente social.

Embora os estudos sociolingüísticos tenham trazido, desde a década de 1960, uma valiosa contribuição para o delineamento de uma tal investigação, estamos longe ainda de uma teoria suficientemente forte para permitir a elucidação dos processos envolvidos nessa complexa correlação.

Tanto a perspectiva aditiva quanto a integrativa constituem diretrizes metodológicas bastante diferentes (a perspectiva aditiva menos, é verdade, mas ainda assim diferente) daquelas rigidamente imanentes, que não admitem senão fatores lingüísticos no estudo de questões lingüísticas, como, por exemplo, J. Kurylowicz (lingüista de tradição estruturalista) que dizia, em 1948 — *apud* Weinreich, Labov e Herzog, p. 177 (tradução nossa): “Deve-se explicar fatos lingüísticos por meio de outros fatos lingüísticos, não por meio de fatos hete-

rogêneos (...). Explicações por meio de fatos sociais são um desvio metodológico" (1948, p. 84).

Essas palavras, tão ao gosto dos estruturalistas, revelam o fascínio que a beleza arquitetônica dos modelos imanentistas exerce sobre muitos lingüistas.

Crítico ferrenho dessas perspectivas imanentes, o lingüista russo Valentin N. Voloshinov (1895-1936) asseverava, em 1929, o oposto como princípio:

É nessa mesma ordem [isto é, do social para o lingüístico] que se dá o processo real da mudança lingüística: as relações sociais mudam; a comunicação e a interação verbais mudam no quadro dessas relações sociais; as formas dos atos de fala mudam em consequência das mudanças na interação; e, finalmente, esse processo de mudanças se reflete na alteração das formas da língua (1979, p. 110).

O que Voloshinov faz é destacar o fato de que o movimento histórico das línguas está correlacionado com alterações nas relações sociais: há uma história social que precede as mudanças lingüísticas, isto é, mudanças na organização social geram novas relações interacionais nas quais, então, se geram processos de mudança lingüística (conforme se pode verificar empiricamente pelo estudo sociolingüístico realizado por Milroy em Belfast tendo as redes sociais como um dos critérios cruciais).

Isso tudo porque as mudanças nas relações sociais põem em contato mais intenso grupos de falantes que usam variedades dialetais (geográficas ou sociais) diferentes ou mesmo línguas diferentes. Esse encontro de diferentes variedades lingüísticas (e/ou de línguas diferentes) — fazendo co-ocorrerem contrastivamente formas diferentes de dizer o mesmo

— cria condições para a mudança, já que, conjugado a fatores como prestígio e poder social e lealdade lingüística, permite a seleção de formas e a adoção de características de uma variedade (ou de uma língua) por falantes de outra variedade (ou de outra língua).

É preciso ter claro, nessa linha de raciocínio, que não se trata de processos simples, nem de relações de um determinismo mecanicista; são processos caracterizados por complexas mediações, tanto nas dimensões sociais, quanto nas dimensões lingüísticas, mediações estas ainda pouco esclarecidas pelos lingüistas, em boa parte porque tem predominado entre eles a forma de pensar a mudança por meio de esquemas interpretativos que assumem a língua como uma realidade autônoma (cf. Capítulo 5).

* A mudança emerge da heterogeneidade

Defender uma perspectiva que integre interno/externo não significa dissolver as especificidades do lingüístico no social. Significa, isto sim, reconhecer a língua como uma realidade essencialmente social que, correlacionada com a multifacetada experiência econômica, social e cultural dos falantes, apresenta-se, em qualquer situação, como uma realidade heterogênea, como um conjunto de diferentes variedades.

Significa também reconhecer que as mudanças nas relações sociais, fazendo entrecruzar de formas múltiplas a heterogeneidade lingüística e somando a isso fatores como atitudes sociais e características estruturais, criam condições para fazer emergirem as mudanças lingüísticas.

Assume-se, em outras palavras, que a língua tem especificidades estruturais, mas não se assume que ela se constitui, por isso, numa realidade totalmente autônoma, desligada da vida dos falantes. Assim, o núcleo do estudo histórico das línguas é o complexo jogo dialético entre o social e o estrutural.

Se ainda é precário nosso entendimento desse jogo, estudos empíricos vêm apontando a consistência da intuição de Meillet e da formulação de Voloshinov. Dentre tais estudos, vale mencionar aqueles realizados por Weinreich e por Labov.

O trabalho do lingüista norte-americano Uriel Weinreich (1927-1967) — *Languages in Contact* (Línguas em contacto), publicado pela primeira vez em 1953 — apresenta um detalhado estudo da interferência entre línguas em contacto, isto é, línguas usadas alternativamente pelos mesmos falantes (situações de bilingüismo, portanto), com interessantes indicações do impacto histórico desse contacto.

Vale dizer, a esse respeito, que a percepção da relevância do contacto lingüístico para a mudança é relativamente antiga em lingüística histórica.

Já no início do século XX, os lingüistas falavam em *substrato*, *superestrato* e *adstrato*. São três termos para designar diferentes situações de contacto:

- a) designa-se *substrato* a língua que uma população utilizava e que, por várias razões (por exemplo, sua invasão e conquista por outra população), é abandonada e substituída por outra. Um exemplo tradicional de substrato é a língua celta falada antes da ocupação roma-

na nos territórios que hoje constituem a França, e que foi substituída pelo latim;

- b) designa-se *superestrato* a língua introduzida na área de outra, mas sem substituí-la, podendo com o tempo vir a desaparecer. Um exemplo tradicional de superestrato são as línguas germânicas dos povos que invadiram o império romano. Esses povos posteriormente adotaram o latim como língua;
- c) designa-se *adstrato* uma língua falada num território contíguo àquele em que se fala a língua tomada como referência. Diz-se, por exemplo, que o espanhol é o adstrato do português brasileiro (tomado este como referência) nas regiões da fronteira Brasil/Uruguai.

Observa-se que, nesses três tipos de contacto, as populações desenvolvem diferentes graus de bilingüismo e, em consequência, de eventuais passagens de características de uma para outra língua, o que pode resultar em processos de mudança.

Os três termos têm sido pouco utilizados mais recentemente. Isso porque no passado alguns estudiosos atribuíram, com muita facilidade e liberalidade (isto é, sem suficiente base empírica), fenômenos de mudança à influência de outras línguas. A cautela atual não nega, porém, o princípio geral de que o contacto lingüístico — tanto entre línguas diferentes quanto entre variedades da mesma língua — pode ser importante fator condicionante de mudanças.

Posto isso, voltemos a comentar os trabalhos que têm dado contribuições decisivas para uma investiga-

ção histórica das línguas mais interligada à vida social, política, cultural dos falantes.

Labov, estudando a variação sincrônica na sua dimensão social (variação correlacionada com características socioeconômicas e culturais dos falantes) e na sua dimensão estilística (variação correlacionada com características da situação de fala, isto é, maior ou menor nível de formalidade), mostrou o enraizamento da mudança na variação (cf. Capítulo 5), principalmente ao demonstrar que cada uma das variantes sociais e estilísticas é avaliada de forma diferente pela comunidade, gerando assim condições para sua eventual expansão ou retração entre os falantes, movimento que está na base do processo histórico-lingüístico.

O próprio Voloshinov não ficou numa afirmação apenas programática. É exemplar de sua maneira de compreender a mudança lingüística o estudo que realizou da história das diferentes formas de reportar o discurso de outrem (o discurso citado), em algumas línguas européias, estudo apresentado na terceira parte de seu livro sobre a filosofia da linguagem e que abre sendas para a investigação das mudanças em dimensões da realidade lingüística (as chamadas dimensões discursivas) ainda pouco enfocadas pela lingüística histórica, que tem se concentrado, em seus 200 anos de existência, principalmente na investigação de mudanças fonético-fonológicas e morfológicas, com algumas incursões na seara da sintaxe.

Conflitos de concepção

Essa situação que acabamos de relatar nos desvela conflitos básicos em lingüística entre diferentes

concepções de linguagem e, em conseqüência, de diferentes concepções de mudança lingüística.

Os lingüistas, em geral, têm tratado a língua como um objeto autônomo, seja de natureza física (um organismo vivo, como em Schleicher, no século XIX; ou como um sistema biologicamente determinado, como vieram a defini-lo os lingüistas gerativistas no século XX); seja de natureza formal (um todo que se basta a si mesmo, como entre os estruturalistas).

Da mesma forma, a mudança tem sido vista como motivada por fatores físicos (as mudanças se dariam por razões de conforto anatômico ou fisiológico; por economia de esforço muscular) ou imanentes (as mudanças se dariam por razões de equilíbrio e reequilíbrio interno do sistema; ou, nos termos de Martinet, por razões da economia da língua).

Trata-se a língua, em todas essas perspectivas, como se ela não tivesse falantes. Esses, mesmo quando presentes nas declarações de princípio de algumas das orientações teóricas, não passam, como diz Lass (1980) em seu capítulo 4, de dados periféricos ou de suaves estorvos, logo excluídos das práticas analíticas.

No geral, os falantes concretos estão excluídos das teorias. Algumas vezes, o falante que entra em cena é um curioso indivíduo isolado, desconectado da história e da sociedade, preexistindo inclusive a ambas. É um alguém que, dando vazão a alguma misteriosa força física (conforto fisiológico? acuidade perceptual?) ou psíquica (conforto espiritual, expressivo? menor esforço?), inova por si mesmo; impõe mudanças à língua que, depois, se espalham entre os demais falan-

tes numa espécie de ação entre amigos, um adotando a mudança do outro (talvez) por simpatia.

À primeira vista, esse perfil do falante pode parecer caricatural. Na verdade, porém, é ele que está presente no horizonte de muitos lingüistas e de grande parte das orientações teóricas da lingüística. O falante concreto, histórico, construído e se construindo nas relações sociais é ainda bastante estrangeiro na lingüística.

A perspectiva de uma mudança substantiva nesse quadro depende da consolidação duma concepção de linguagem que a tome como essencialmente social e não como acidentalmente social, o que significa — por consequência — tratar as mudanças lingüísticas como correlacionadas de forma sistemática com a história social dos falantes.

Isso não significa, vale repetir, entender a mudança como mecanicamente determinada por mudanças sociais; mas, sim, que as mudanças sociais — ao alterar as relações interacionais — podem, por isso, desencadear processos de mudança na língua.

Significa, em outras palavras, assumir que as condições da mudança estão dadas no social (mais especificamente na heterogeneidade da realidade lingüística e na complexa dinâmica das relações interacionais) e envolvem múltiplos fatores ainda não claramente explicitados pela lingüística histórica, em grande parte porque têm prevalecido nela orientações teóricas imanentistas.

A consolidação — por força dos fundamentos empíricos de que dispomos até agora — duma orientação teórica radicalmente social vai resultar em se

assumir não a existência de misteriosas (e cegas) forças físicas, biológicas ou sistêmicas a impulsionar a mudança, mas o princípio de que a propulsão e a direção das mudanças está, em última análise, no social.

Nesse ponto, parece que Lass (1980, p. 131) tem razão quando diz que a mudança lingüística é um domínio de opções, incluindo a opção zero (isto é, a opção de não mudar). Nessa linha interpretativa, nenhuma mudança é por si necessária: ela encontra seu caldo de possibilidade na pluralidade de formas lingüísticas existentes no social e vai ocorrer ou não na dependência de um intrincado (e ainda pouco esclarecido) processo de preferências sociais contingentes. É mais ou menos como dizer que a história em si não tem nenhum significado além daquele que os homens concretos lhe conferem.

Causas ou condições?

Cabe, neste ponto, discutir uma questão que é colocada com muita frequência sobre as mudanças das línguas. As pessoas, quando estão diante dos fatos de mudança, costumam perguntar por que as línguas mudam.

O primeiro comentário diz respeito à própria natureza da pergunta. Se ela é tomada num sentido geral, é uma pergunta inadequada: as línguas mudam porque nada é estático e, numa realidade em que tudo se transforma, estranho seria se justamente as línguas não mudassem.

Por outro lado, se a pergunta pressupõe um conceito de causalidade como uma relação de determina-

ção necessária de um fato qualquer (isto é, dada uma situação x, acontecerá necessariamente y), a pergunta é também inadequada: sendo uma realidade humana, social e cultural, a língua não está submetida ao universo da necessidade (de leis e relações cegas e automáticas), mas ao universo da possibilidade.

Aceitando isso, não se fala, na história das línguas, propriamente em causas (necessárias), mas antes em condições (possíveis) da mudança, isto é, sob que condições uma mudança é possível.

Deve estar claro que caminhar nessa linha de reflexão nos afasta de orientações teóricas que, coerentes com sua concepção autonomista (e, portanto, associal) da língua, têm operado com a noção de causalidade como força determinante da mudança; e que, em consequência, têm buscado universais da mudança, isto é, princípios que — dada uma situação x — se aplicariam categoricamente.

Afastar-se dessas orientações não implica negar a existência de princípios gerais que, como diz Labov (1982, p. 59), podem influenciar o curso da mudança lingüística sem, contudo, determiná-lo de forma absoluta.

Labov exemplifica esse raciocínio com o princípio aceito por muitos em lingüística histórica de que, se houve um processo de fusão de dois fonemas, esta fusão é irreversível, porque, do contrário, os falantes teriam de reaprender, sem erro, a pertinência original de cada palavra. E isso é, segundo acreditam os imanentistas, uma impossibilidade, já que, segundo entendem, as mudanças ocorrem de forma discreta (o elemento novo substitui o velho diretamente sem fases intermediárias e sem áreas sociais ou geográficas não atingidas pela

mudança) e geral (todas as ocorrências do elemento, nas mesmas circunstâncias, sendo mudadas).

Labov (1982, pp. 56-57) reporta, contudo, vários casos registrados de fusões que se desfizeram, o que tira o pretense caráter universal do princípio da irreversibilidade das fusões. Os estudos empíricos mostram que esse princípio parece ser uma tendência geral, mas não universal, isto é, a não-reversão parece ser mais provável, mas ela não é impossível, desde que haja condições sociais propícias.

Diante disso, Labov diz (tradução nossa):

A busca de uma condicionante estritamente universal é, portanto, a busca de uma faculdade isolada da linguagem, não encaixada na matriz mais ampla da estrutura social e lingüística. Nada do que descobrimos até agora sobre a linguagem sugere a existência de tais estruturas totalmente isoladas (1982, p. 60).

Mudança lingüística: progresso ou degeneração?

Os falantes que não conhecem lingüística, ao desenvolverem consciência de mudanças em sua língua, tendem, muitas vezes, a desenvolver paralelamente uma atitude negativa em relação a elas, entendendo-as como uma espécie de decadência: a mudança estaria empobrecendo a língua, degenerando-a, transformando-a para pior.

Outros, ao contrário, acreditando que mudança significa simplificação, tendem a desenvolver uma atitude positiva diante das mudanças, achando que a língua de hoje, por ser aparentemente mais sim-

ples, e, portanto, mais “prática”, é melhor que a do passado.

Essas duas representações de senso comum da realidade da mudança lingüística, embora hoje abandonadas pelos lingüistas, ocorreram como formulações científicas na história de nossa disciplina.

Muitos dos primeiros estudiosos que se dedicaram aos estudos sistemáticos das línguas no início do século XIX entendiam — em acordo com o contexto ideológico mais amplo de seu tempo — que as línguas antigas, principalmente em função das características de sua organização morfológica densa em formas diferentes (declinações e conjugações), se encontravam em estágios superiores de desenvolvimento (isto é, mais adaptadas à expressão, por realizarem maior número de distinções gramaticais no nível morfológico) em comparação com as línguas contemporâneas.

A história seria, nessa perspectiva, um processo degenerador, degradando a estrutura das línguas. Daí a relevância da tarefa de se buscar reconstituir o seu passado, tentando atingir o que seria uma espécie de gloriosa idade de ouro das línguas.

Esse ponto de vista estava enraizado na cosmovisão do chamado Romantismo alemão — movimento ideológico fortemente nacionalista — que, em reação ao Iluminismo e às turbulências trazidas pelas guerras napoleônicas ao contexto político da Europa, cultivava uma concepção nostálgica do passado.

Na metade do século XIX, o lingüista alemão August Schleicher (1821-1868), projetando aspectos de sua formação em ciências biológicas, criou uma teoria que concebia a língua como um organismo vivo,

com existência própria independente de seus falantes, e exibindo períodos de desenvolvimento, maturidade e declínio. Isso significava entender a história das línguas como um processo que, depois de atingir um estágio superior, acabava por produzir degeneração. Reforçava-se com isso, embora sobre outros fundamentos ideológicos, a tese dos lingüistas anteriores.

No fim do século XIX, o lingüista dinamarquês Otto Jespersen (1860-1943) defendeu, em seu livro *Progress in Language* (1894), tese exatamente oposta, isto é, de que na história das línguas não há decadência, degradação, degeneração; o que há é progresso, um caminho de mudanças na direção de formas mais aperfeiçoadas.

Jespersen considerava que o conjunto de modificações no tempo, mais do que perdas, eram ganhos qualitativos. Ao abreviar formas, ao desenvolver estruturas analíticas com o progressivo abandono de flexões, ao regularizar formas irregulares, ao fixar a ordem das palavras (Jespersen tinha a história da língua inglesa como referência), os processos históricos tornavam as línguas mais aptas para a expressão, porque, segundo ele, davam-lhes maior clareza e precisão, exigindo do usuário menor esforço de memória e, até mesmo, menor esforço muscular na fala.

Jespersen estava trabalhando num contexto ideológico diferente daquele do Romantismo alemão ou do biologismo de Schleicher. O quadro ideológico na Europa ocidental nos fins do século XIX, sob o impacto da expansão da sociedade industrial e sob influência dos estudos evolucionistas de Darwin, operava largamente com os conceitos de progresso e evolução.

Nesse contexto, pensadores como o inglês Herbert Spencer (1820-1903) concebiam a história das sociedades humanas como um processo contínuo e linear de evolução, passando de estágios mais primitivos para estágios mais aperfeiçoados. Era o chamado evolucionismo sociológico. Entendiam muitos desses pensadores que as sociedades humanas caminhavam no sentido de atingir o "alto" estágio de desenvolvimento e progresso das sociedades européias ocidentais.

Parece que na base da tese de Jespersen, de que a história das línguas implica progresso, estavam justamente essas concepções de história do evolucionismo sociológico.

Hoje, os lingüistas não costumam operar com nenhuma dessas duas teses. Em outras palavras, não se entende mudança lingüística nem como progresso, nem como degeneração. Como diz Câmara Jr., "a palavra evolução, em lingüística, pressupõe apenas um processo de mudanças graduais e coerentes" (1972a, p. 192).

Entre as teses do século XIX e essa espécie de atitude avaliativa neutra da mudança lingüística, estão algumas das formulações teóricas mais básicas do pensamento lingüístico do século XX, tanto na tradição estruturalista européia quanto na tradição antropológica norte-americana com Franz Boas e Edward Sapir.

São tendências teóricas que, de uma forma ou de outra, sistematizam uma reflexão que já vinha se fazendo, paralela à hegemonia dos estudos históricos, no sentido de que as línguas deveriam ser estudadas como objetos autônomos, como sistemas auto-regulados.

Assim é que Saussure, no início do século XX, formulou uma concepção de língua como um sistema

de valores puros, isto é, como um todo cujas partes estão em estritas relações de oposição e mútua dependência.

Esse complexo emaranhado de relações define uma totalidade solidária, um objeto que, em princípio, se basta a si mesmo: "A língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria" (Saussure, p. 31).

Ora, se esse sistema se basta a si mesmo em cada momento sincrônico, se há um equilíbrio solidário entre todas as suas partes, não se pode conceber a mudança como degeneração ou progresso, mas como um processo pelo qual as línguas simplesmente "passam de um estado de organização a outro" (Saussure, p. 189): altera-se a configuração do sistema, mas nunca a realidade sistêmica da língua.

As mudanças no eixo do tempo, pela substituição de elementos dentro do sistema, vão apenas promovendo "um deslocamento mais ou menos considerável das relações" (Saussure, p. 93), deslocamento este que é possível, segundo Saussure, em decorrência da natureza arbitrária das relações entre as duas partes que constituem, em sua teoria, o signo lingüístico, ou seja, o significante e o significado. Por serem arbitrárias (isto é, por poderem ser diferentes), as relações podem mudar.

Na construção dessa visão neutra da mudança, é importante considerar também as repercussões, nos estudos lingüísticos, do pensamento antropológico de Franz Boas (1858-1942). Estudando as sociedades tribais da América do Norte e observando-as como organizações que, de certa forma, se bastavam a si mesmas (isto é, sistemas cujas partes estão em interdependência, a qual lhes garante autonomia, es-

tabilidade e sobrevivência), Boas criou, em reação ao pensamento evolucionista, uma concepção de cultura como um sistema integrado e como uma realidade relativa a cada grupo humano.

Interessava agora ver cada cultura como um todo único e singular no tempo e no espaço, com suas próprias características, com suas particularidades; e não numa hierarquia primitivo/civilizado (como no evolucionismo sociológico). Interessava ver como cada sociedade produzia sua cultura específica a partir de suas peculiares condições históricas e ambientais; e não situá-la numa pretensa escala de evolução ou progresso em direção à “civilização”. Interessava ver o outro como diferente e não como superior ou inferior.

Quanto às línguas, assume-se, nessa linha de pensamento, que todas elas têm igualmente organização; são sistemas equilibrados e auto-regulados; constituem um todo único e singular, dotado daquilo que Edward Sapir (1884-1939), discípulo de Boas, chama de “plenitude formal”, isto é, elementos e expressões articulados “numa delicada trama de formas” (1969, p. 33) capaz de atender a todas as necessidades expressivas dos falantes: “Todas as línguas estão feitas para executar todo o trabalho simbólico e expressivo que cabe à linguagem” (Sapir, 1969, p. 36).

Nesse quadro, a mudança só pode ser vista como um remodelar contínuo da língua: as noções de progresso ou degeneração não fazem mais sentido.

Sapir propunha, inclusive, tratar a mudança como submetida a uma força interna (*drift*, que Câmara Jr. traduziu por *deriva*) que impulsionaria as línguas numa determinada direção (Sapir, 1971, cap. VII).

Esse conceito foi formulado a partir da observação de que uma das características da história das línguas indo-européias era a progressiva eliminação de marcas morfológicas de caso, gênero, número, pessoa, voz: as línguas mais antigas da família tinham uma morfologia mais densa que as línguas mais novas, que são, nesse sentido, mais analíticas (isto é, marcam as relações gramaticais menos no interior da palavra do que por meio de sintagmas construídos com preposições, artigos, verbos auxiliares: dizia-se, por exemplo, em latim *mater puerorum* e diz-se em português *a mãe dos meninos*).

Haveria aí, segundo acreditava Sapir, uma espécie de plano prefixado que era inexoravelmente seguido pelas línguas da família indo-européia.

Embora não tenha sido discutido em detalhes por Sapir, esse conceito de deriva é perfeitamente compatível com a concepção de que as línguas têm plenitude formal: se são sistemas equilibrados e auto-regulados, deverá ser também auto-regulada sua mudança. Assim, as línguas não degeneram (a plenitude formal sempre se mantém), nem progridem (não cabe falar em progresso de um sistema com plenitude formal); elas apenas mudam e o fazem obedientes a uma força que está em seu próprio interior. Aos falantes restaria realizar uma seleção inconsciente das variações individuais que se acumulam nessa dada direção.

Essa idéia de auto-regulação da mudança, apresentada com nuances diferentes, conforme as peculiaridades de cada orientação teórica, é — por razões óbvias — particularmente cara aos lingüistas imanentistas (cf. Capítulo 5). Uma das leituras con-

temporâneas mais fiéis à neutralidade da formulação de Sapir é a da lingüista norte-americana Robin Lakoff, que apresenta a deriva como uma metacondição (uma condição geral) sobre a forma como, tomada em seu todo, a estrutura (a gramática) duma língua mudará (1972, p. 178).

Antes de concluir esta parte, vale à pena dizer que os lingüistas, ao fazer estudos diacrônicos, aparentemente trabalham, em sua maioria, com esse relativismo, evitando qualquer avaliação quanto à mudança.

Certamente, hoje ninguém mais em lingüística aceita, por falta de qualquer amparo empírico, a idéia de que mudança equivale a degeneração, no sentido de que a história seria um processo de contínua degeneração da língua. Se se mantivesse essa concepção degenerativa, seria difícil (ou impossível) dar conta do fato de que continuamos interagindo, de que as línguas se mantêm organizadas e de que nenhuma língua é menos estruturada que qualquer outra.

Subjacente, porém, a vários autores, principalmente entre alguns estruturalistas europeus e mais recentemente entre os gerativistas, há uma certa idéia de que algumas mudanças podem ser motivadas por uma espécie de "correção de rumo".

A mudança é, então, teleológica?

Na visão desses teóricos, aceita-se que mudanças podem produzir distúrbios no equilíbrio sistêmico das línguas e, em resposta a esses distúrbios, haveria novas mudanças pelas quais os sistemas buscariam restabelecer o equilíbrio perdido.

Os primeiros a dar expressão mais sistemática a essa idéia foram os lingüistas da chamada Escola de Praga — grupo do qual faziam parte, entre outros, os lingüistas russos Nikolai Trubetzkoy (1890-1938) e Roman Jakobson (1896-1982) — e que, nas décadas de 1920 e 1930, na esteira principalmente das idéias de Saussure, elaboraram, entre outros trabalhos, os fundamentos da fonologia.

Jakobson, discutindo princípios de fonologia histórica, diz (tradução nossa):

Se uma ruptura do equilíbrio do sistema precede uma certa mudança, e uma supressão do desequilíbrio resulta dessa mudança, não temos nenhuma dificuldade para descobrir a função desta mudança: sua tarefa é restabelecer o equilíbrio. Todavia, quando uma mudança restabelece o equilíbrio em um ponto do sistema, ela pode romper o equilíbrio em outros pontos e, em consequência, provocar a necessidade de uma nova mudança. Assim se produz, muitas vezes, toda uma cadeia de mudanças estabilizadoras (1964, p. 334).

A mudança, nessa perspectiva, não apenas remodelaria continuamente o sistema, mas faria isso com a finalidade de "corrigir" situações de desequilíbrio. Assim, por exemplo, se uma oposição fonológica se perdeu no processo de mudança, criando, em consequência, palavras homófonas (isto é, palavras com significados diferentes, mas com a mesma estrutura sonora), deveria haver uma nova mudança com a finalidade de "corrigir" essa "incômoda" homofonia.

Está, em geral, subjacente a esse raciocínio o pressuposto de que o funcionamento da língua na comunicação depende essencialmente da manutenção de oposições significativas. Por isso, assume-se que a

mudança tem um caráter teleológico, isto é, tem finalidade; está orientada no sentido de atingir um objetivo, de cumprir uma função: especificamente, restabelecer um equilíbrio rompido.

Nessa maneira de ver, é necessário admitir que as mudanças podem ter um efeito degenerador de partes do sistema, havendo, porém, forças estabilizadoras que operam a recuperação do "dano". Contra uma espécie de conspiração para quebrar a estabilidade do sistema, haveria nele uma força autodefensiva: ameaçado de perder sua sistematicidade, o sistema produziria mudanças para recuperar o equilíbrio.

Também aqui se assume a existência de uma força interna a impulsionar a mudança. Enquanto, porém, para Sapir tratava-se de uma força neutra, simplesmente direcionadora das mudanças e remodeladora da língua (na medida em que se pressupunha que a plenitude formal nunca se perde), nas concepções teleológicas toma-se essa força como um princípio reparador, recuperador de equilíbrio perdido. Na história, não haveria apenas uma remodelagem da língua, mas uma reparação de desequilíbrios.

Na base dessas concepções da mudança, está a idéia de que o sistema lingüístico tem autonomia e, mais ainda, tem uma dinâmica própria, uma espécie de força intrínseca a presidir sua mudança.

Coseriu, comentando, em seu livro *Sincronia, diacronia e história* (pp. 192ss.), essas formulações, diz que elas assumem um determinismo do sistema, isto é,

"a idéia de que a língua teria em si mesma as 'causas' de sua mudança; e, no fundo, apesar da terminologia renovada, é

um novo modo de se apresentar a velha concepção das línguas como organismos naturais" (p. 194).

Entre os gerativistas, há também aqueles que defendem esse caráter terapêutico da mudança. Justificam-no, porém, sobre outras bases.

Os lingüistas gerativistas são estudiosos afinados com as formulações teóricas de Noam Chomsky (1928-), lingüista norte-americano que, a partir da metade da década de 1950, propôs uma teoria que justifica a estrutura das línguas com base em pressupostos inatistas (biológicos).

Diz-se que as gramáticas das línguas humanas são fortemente restringidas por estruturas cerebrais: elas são da forma que são e não poderiam ser diferentes em razão de o cérebro ter a forma que tem.

Nessa perspectiva, importa pouco a realidade interacional das línguas. Interessa sobremaneira construir um modelo das estruturas cerebrais (um modelo da chamada gramática universal) das quais se deduziriam as gramáticas das línguas humanas. Entende-se que as restrições sobre as gramáticas são decorrentes dos fundamentos biológicos das línguas, fundamentos esses que garantem a cada criança as condições cognitivas para adquirir a língua de sua comunidade.

À primeira vista, pode-se pensar que a variação entre as línguas, as diferentes variedades da mesma língua e a própria mudança lingüística poderiam trazer intransponíveis dificuldades para uma tal teoria. Contudo, assume-se que as estruturas mentais não são categóricas em sentido absoluto (isto é, no sentido de que há uma só forma de realizá-las), mas em sentido relativo (isto é, elas restringem fortemente a

forma das gramáticas, mas admitem caminhos alternativos). É desse modo que se procura dar conta das diferenças entre as línguas. Mais que isso: havendo caminhos alternativos, existirá também a possibilidade de uma língua ir de um para outro, isto é, de uma gramática mudar sua forma no correr do tempo.

Admitindo isso, se deduziria daí que as línguas — como resultado de processos de mudança — teriam aspectos menos naturais para sua atual configuração (resquícios, talvez, de estados anteriores) e que tenderiam a ser substituídos.

Assim, no trato das mudanças, os gerativistas costumam operar com conceitos afinados com seu biologismo. Assumem que há realidades lingüísticas mais naturais (mais de acordo com a natureza) do que outras; falam em processos de *otimização*, no sentido de que as línguas tendem a mudar para maximizar as realidades mais naturais (cf. King, 1969; Schane, 1972).

Um exemplo disso poderia ser a questão da estrutura silábica. Entende-se (cf. Schane, 1972) que a estrutura silábica cv (consoante + vogal) é mais natural (por ser, em princípio, mais freqüentemente observada nas línguas humanas) e, em conseqüência, se na história duma língua os padrões silábicos se alteram, transformando-se em cv, haveria uma razão natural aí: tal língua estaria otimizando sua estrutura.

Assume-se, então, que a mudança tem finalidade: ela se dá para “corrigir”, por exemplo, realidades tidas como menos naturais; ou para “corrigir” o rumo da mudança se seus efeitos produziram opacidade estrutural, isto é, a organização estrutural deixou de ser transparente para as estratégias perceptivas do

falante e/ou para o processo de aquisição da língua (cf. Lightfoot, 1979).

Nessa perspectiva, a mudança é teleológica, apenas que ela se dá não sob pressões da função comunicativa, mas sob restrições de base biológica. Assim, D. Lightfoot, em seus primeiros trabalhos sobre a mudança sintática, propôs um princípio (que ele chamou de “princípio da transparência”) que limitaria, no interior da gramática, o grau de opacidade estrutural tolerável. Atingido o limite, esse princípio determinaria uma reanálise, de modo a corrigir a opacidade.

Foi dessa maneira que ele procurou dar conta, entre outros fatos da história da língua inglesa, das mudanças do sistema de pronomes relativos naquela língua, com o desenvolvimento da função relativa dos pronomes interrogativos (os chamados pronomes WH: *who*, *which*, *what*).

Tal desenvolvimento se fez necessário para “curar” uma ambigüidade da forma *the* que funcionava, em estágios anteriores ao inglês moderno, como complementizador (marcador de oração subordinada relativa), como nominativo singular do demonstrativo e progressivamente como artigo definido.

Segundo Lightfoot, essa homofonia gerava, em alguns casos, uma situação não clara: a forma era complementizador, demonstrativo ou artigo? Isso criava para o falante dificuldades de percepção da estrutura (um grau intolerável de opacidade), o que determinou um movimento “curativo” (por força do princípio da transparência) de reanálise: *that* passa a ser o único complementizador, ao mesmo tempo que os pronomes interrogativos desenvolvem função relativa.

Uma avaliação das hipóteses teleológicas

Avaliando essas propostas teóricas que entendem aspectos da mudança numa dinâmica de equilíbrio/re-equilíbrio, Lass, em seu livro sobre a explicação da mudança lingüística (1980), mostra que, embora nos casos exemplares elas pareçam satisfatórias, são, de fato, insuficientes, tanto por razões empíricas, quanto por razões teóricas. Comentamos a seguir alguns dos aspectos apontados a esse respeito por aquele lingüista.

Lass argumenta que aceitar a existência duma dinâmica de equilíbrio/re-equilíbrio implica aceitar também e necessariamente que a mudança terapêutica tem de ser categórica e abrupta, isto é, deve "corrigir" todos os casos e atingir toda a língua de uma só vez.

Sem essa implicação, interpretações teleológicas, sejam elas naturalistas ou funcionalistas, perderiam todo sentido. Como justificar que situações "anormais" possam perdurar sem "correção" abrupta e completa?

Aceitar a implicação, porém, nos conduz a um insuperável conflito com o material empírico disponível, principalmente com as observações referentes ao processo de difusão das mudanças. O perceptível por esses estudos é que, em geral, determinada mutação avança por pequenos incrementos e por meio da seleção gradual entre membros de um conjunto de variantes coexistentes, processo que costuma durar relativamente longos períodos de tempo (cf. Labov, 1972; Labov, Yaeger & Steiner, 1972; Lass, 1978, entre outros).

Mais ainda: há mudanças ditas terapêuticas que se difundem por algumas variedades dialetais e não por outras. Essa situação nos obrigaria a dizer que algumas variedades são mais "naturais" ou "funcio-

nais" que outras. Levando isso às últimas consequências, teríamos de prever a ocorrência em massa, entre os falantes das variedades menos funcionais ou naturais, de sérias falhas perceptivas, ou de grandes dificuldades no processo de aquisição da linguagem, ou ainda de graves fracassos comunicacionais.

Ora, se a mudança terapêutica não se dá em algumas variedades dialetais e isso não tem nenhum efeito (isto é, os falantes continuam adquirindo normalmente a língua e interagindo sem falhas em massa), as interpretações teleológicas da mudança ficam sem qualquer fundamento empírico.

Por outro lado, Lass chama a atenção para os inúmeros casos de "disfunções", isto é, situações classificáveis como de desequilíbrio e que simplesmente não são "corrigidas". Parece que as comunidades lingüísticas têm à disposição o que Lass denomina de estratégia nula, isto é, em situações em que interpretações teleológicas preveriam uma "correção" de rumo, as mudanças não ocorrem.

Ao mesmo tempo, Lass nota que não temos nenhuma base empírica para estabelecer, para além das línguas conhecidas, o que seria um estado natural ou funcional perfeito de língua, pressuposto necessário das interpretações teleológicas para se poder classificar situações ou línguas como em desequilíbrio.

Nossos registros só conhecem línguas bem-sucedidas: não há registro de língua desaparecida por defeitos internos; não se conhecem línguas aberrantes, nem abortos lingüísticos. Nesse sentido, aceitando que as línguas têm funções próprias (é com elas, por exemplo, que se dá a interação socioverbal das comunidades de

falantes), e considerando que nunca se observou uma língua que, por razões iminentes, não tenha cumprido essas funções, não faz muito sentido considerar qualquer estado de língua ou aspectos de um tal estado como "patológico", "mal-adaptado", "desequilibrado". Desde que todas as línguas são, por definição, normais, segue que a anormalidade é uma noção incoerente, ficando difícil sustentar empiricamente teses teleológicas, sejam elas naturalistas ou funcionalistas.

Concluindo este capítulo, vale relembrar as características da mudança lingüística aqui discutidas. A mudança é contínua, lenta, gradual (não discreta) e relativamente regular. Ela emerge da realidade heterogênea das línguas, estando, portanto, correlacionada com complexos processos sociais e culturais, o que exige, em princípio, dos estudiosos uma abordagem que conjugue, pelo menos, a descrição dos contextos estruturais da mudança (isto é, dos contextos lingüísticos favorecedores daquela mudança) e de seus contextos sociais (isto é, do quadro de relações entre a estrutura social e a propulsão da mudança).

Vimos também que há diferentes formas teóricas de conceber o objeto língua e, em consequência, a mudança lingüística — pluralidade teórica a que voltaremos nos próximos capítulos.

4. A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA É UMA DISCIPLINA CIENTÍFICA

Como vimos até aqui, as línguas estão envolvidas num complexo fluxo temporal de mutações e substituições, de aparecimentos e desaparecimentos, de conservação e inovação. Vale dizer, as línguas têm história, constituem uma realidade em constante transformação no tempo. É com essa realidade, é com material empírico como o exemplificado nos capítulos anteriores que se ocupa o estudioso de lingüística histórica.

Reconhecido o fato de que as línguas mudam no eixo do tempo, busca-se, então, dar a esse fato um tratamento científico, o que significa realizar, dentro de quadros teóricos definidos, descrições dos diferentes processos de mudança ocorrentes na história de uma língua ou de uma família de línguas; e, ao mesmo tempo, construir hipóteses de caráter explicativo para os fenômenos descritos, com base em pressupostos mais gerais a respeito da mudança lingüística como um todo.

A lingüística histórica ocupa-se, então, fundamentalmente com as transformações das línguas no tempo; e os lingüistas que nela trabalham procuram surpreender, apresentar e compreender essas transformações, orientando-se, na execução dessas tarefas, por diferentes sistemas teóricos.

